

## A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS NEGROS EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM DOIS MUNICÍPIOS BAIANOS: UM OLHAR SOBRE OS DADOS REFERENTES A AUTOIDENTIFICAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE

**IURE DOURADO COELHO**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**PATRÍCIA RAMOS NOGUEIRA**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**IANY PEREIRA DA SILVA**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**EDNA SOUZA MOREIRA**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

**Resumo:** O presente trabalho é resultado de uma pesquisa, financiada pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas - PROAF, da Universidade do Estado da Bahia, por meio da Iniciação Científica e buscou investigar o percurso de escolarização de jovens negros e/ou quilombolas dos municípios de Riacho de Santana e Muquém de São Francisco, localizados no interior baiano, no ano de 2023, por meio do levantamento dos dados da PNAD Contínua, do Censo, SIGEduc e documentação escolar. O percurso metodológico primou por uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, com dados obtidos a partir da análise documental. Para tanto, foram estudados os relatórios de matrícula de 3 colégios estaduais e os dados do boletim escolar. Os resultados evidenciaram os altos índices de distorção idade/série entre os sujeitos pesquisados. Ademais, tornou-se notório por meio da pesquisa que ainda é grande o número de pessoas que não declararam cor/raça/etnia no ato da matrícula, mesmo sendo esse um procedimento obrigatório desde 2022, o que demonstra um baixo índice de autoidentificação e sentimento de pertença étnico-racial.

1452

**Palavras-chave:** Construção identitária. Juventude negra e/ou quilombola. Processos de escolarização.

**Abstract:** The present work is the result of a research, funded by the Pro-Rector of Affirmative Actions - PROAF, of the State University of Bahia, through Scientific Initiation and sought to investigate the schooling path of young black and/or quilombola people from the municipalities of Riacho de Santana and Muquém de São Francisco located in the interior of Bahia, in the year 2023, through the survey of data from the Continuous PNAD, the Census, SIGEduc and school documentation. The methodological path was based on a research with a qualitative approach of the case study type, with data obtained from document analysis. To this end, the reports of enrollment, approval, failure and evasion/cancellation of enrollment of 3 state schools were studied. To this end, the reports of enrollment of 3 state schools were studied. Os resultados mostraram os altos índices de distorção idade/série entre os sujeitos estudados. Além disso, ficou notório por meio da pesquisa que ainda há um grande número de pessoas que não declararam cor/raça/etnia no momento da inscrição, mesmo sendo esse um procedimento obrigatório desde 2022, o que demonstra um baixo índice de autoidentificação e sentimento de pertencimento étnico-racial.

**Keywords:** Black and/or quilombola youth. Identity construction. Schooling Processes.

### Introdução

Resultante de um projeto de pesquisa e extensão financiado pela Pró-reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) realizado em três municípios do interior baiano, este trabalho centra-se na discussão sobre as condições de vivência do processo de escolarização de jovens negros e/ou quilombolas de municípios do interior baiano, por meio de um olhar *macro* e reflexivo, a fim de problematizar os efeitos do percurso formativo na vida desses sujeitos. Busca-se, por meio deste, contribuir para o debate acerca das vultosas discrepâncias entre a vivência escolar de pessoas negras e brancas. Não se trata de uma mera comparação; é um estudo voltado à compreensão dos efeitos educacionais das mazelas e desigualdades que, historicamente, condenaram alguns grupos sociais à uma situação de marginalidade e negação de direitos.

Importante salientar que, embora exerçam influências mútuas, marginalidade e violência não são tidas aqui como sinônimos. Buscamos com o uso desse termo atentar para a histórica restrição de alguns povos a espaços, estruturas e condições de existência precarizadas. É ingênuo acreditar que sujeitos com recursos e possibilidades diferentes consigam obter o mesmo resultado educacional. Essa situação se evidencia nas rotinas escolares, quando pessoas brancas e com boas condições financeiras desfrutam de um processo formativo que, quase sempre, levam-nas ao êxito, enquanto pessoas negras e pobres são submetidas a percursos educativos que, por não compreenderem suas especificidades, demandas e dificuldades, muitas vezes, conduzem-nas ao fracasso.

A pesquisa teve como objetivos reunir dados sobre o perfil dos jovens negros e/ou quilombolas estudantes do ensino médio que frequentaram os colégios estaduais no ano de 2023, mapear os dados sobre o êxito ou o “fracasso” escolar desses jovens e analisar esses dados à luz de teóricos que estudam os percursos de escolarização de jovens negros. Para tanto, foram analisados os relatórios de matrícula e boletim escolar, disponíveis no Sistema Integrado de Gestão da Educação (SIGEduc).

Importante salientar que este trabalho tem como foco de análise os dados pertencentes aos municípios de Riacho de Santana e de Muquém de São Francisco. Assim, foram coletados dados referentes a três colégios estaduais, um localizado em Riacho de Santana e dois situados em Muquém de São Francisco. No caso da segunda cidade, há uma informação que merece uma atenção especial: um dos colégios pesquisados está localizado em um distrito rural e é considerado uma “escola do campo”; o outro colégio está situado na sede do município e possui dois anexos localizados em comunidades camponesas quilombolas. A escolha dos municípios

e de seus respectivos colégios justificou-se pela grande quantidade de comunidades quilombolas em seus territórios, como apontam dados da Fundação Palmares.

A pesquisa que originou este trabalho foi norteada por uma abordagem qualitativa, comprometida com o estudo criterioso de uma realidade posta, que afeta o grupo social investigado, preocupando-se, assim, “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 33). O tipo de pesquisa foi o Estudo de Caso que, segundo Fonseca (2002, p. 33 apud Gerhardt; Silveira, 2009, p. 41), se caracteriza “como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social”, nesse sentido, “o pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe” (Idem, *ibid.* p. 41). Assim, por meio do estudo, foi construído um panorama em torno do grupo e do fenômeno estudados.

Nessa perspectiva, os tópicos a seguir ampliarão tais discussões mediante a exposição dos resultados. Inicialmente, nos tópicos que concernem à discussão teórica serão problematizadas as questões etnico-raciais que permeiam a sociedade brasileira, a negação da herança étnico-racial, dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2023 e o ensino médio enquanto um território de disputas, desigualdades e conflitos. Nos resultados e discussões serão apresentados e problematizados os dados coletados nos dois municípios (Riacho de Santana e Muquém do São Francisco), mediante uma análise crítica e reflexiva dos resultados da pesquisa, considerando os impasses existentes para os alunos e os fatores socioculturais das duas localidades.

### **Percurso formativo de jovens negros e/ou quilombolas: discussões à luz de teóricos**

A educação de qualidade tão defendida nos discursos teóricos e até mesmo na legislação brasileira apresenta como ideal uma formação plena, equânime e focada no atendimento às demandas e características dos estudantes e do meio no qual eles estão inseridos. Um ideal deveras vistoso, mas que, todavia, se encontra no espaço da utopia. Mesmo com os inegáveis avanços recentes no que versa à democratização do acesso à educação, às condições de permanência na escola e, até mesmo, à inclusão de grupos e temáticas outrora marginalizados no currículo escolar, é notório. No entanto, na prática infelizmente, o processo educacional brasileiro ainda é repleto de desigualdades e problemáticas.

Dentre as intempéries que marcam a efetivação do processo de ensino/aprendizagem, algo que lastima grande parte dos estudantes é a disparidade nas condições de acesso à

educação. Grupos historicamente subjugados a uma condição de coadjuvantes das decisões e dos processos constitutivos da nossa sociedade defrontam-se com um processo de escolarização pensado não para contemplar suas necessidades, mas sim, para a perpetuação das desigualdades agudas da estrutura social brasileira. Negros, quilombolas, indígenas, ciganos, camponeses, ribeirinhos, povos da floresta e demais grupos considerados “minoritários” sofrem no presente os resquícios das ações perpetradas em um passado não muito distante. Os séculos de escravidão, exploração e violência influenciam na contemporaneidade por meio da constante negação dos direitos desses sujeitos.

Mesmo representando importantes avanços, ações e mecanismos legais - como a Lei 10.639 de 2003 - não foram capazes de mudar a realidade da educação brasileira. O ideal defendido na legislação e também no arcabouço teórico que concerne à temática é longínquo, diante de um processo de escolarização que continua ineficiente, improdutivo, desigual e segregador. Um cenário que acentua os problemas existentes e contribui para o “fracasso” escolar de muitos estudantes.

No caso da pesquisa que originou este artigo, a ênfase foi dada aos percursos formativos de jovens negros e/ou quilombolas de três municípios baianos, os quais se localizam no Território de Identidade Velho Chico e apresentam um significativo número de comunidades quilombolas - o que justifica e dá maior valor à pesquisa realizada. Ademais, os municípios possuem maior parte de sua população residindo no campo. A análise dos processos de escolarização desses sujeitos requer uma reflexão profunda acerca das suas condições de vida e de acesso às instituições de ensino. Não se trata, nesse caso, de um questionamento sobre vagas nas escolas; o que se busca problematizar aqui são as circunstâncias nas quais esse processo de escolarização é efetivado. Assim, é mister atentar para questões como: condições estruturais das instituições de ensino, formação dos professores, construção e aplicação dos currículos, deslocamento entre casa e escola, meio no qual os estudantes estão inseridos e, considerando a realidade brasileira - nitidamente desigual e excludente -, os marcadores sociais que esses sujeitos trazem consigo.

Trata-se de um cenário complexo. A escolarização de jovens negros e/ou quilombolas muitas vezes é realizada em meio a curvas sinuosas de desigualdade e injustiça, as quais demarcam os caminhos percorridos por esses sujeitos e culminam em experiências pouco frutíferas. Como resultado desse processo, evidenciam-se as discrepâncias entre o “sucesso” e o “fracasso” desses grupos e de outros recortes sociais. Por exemplo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2024, a escolaridade média dos jovens

negros (pretos e pardos) em 2023 foi 1,6 anos menor que a de jovens brancos. Entre negros, o índice foi de 9,2 anos de estudo, enquanto, entre os brancos, foi de 10,8 anos de estudo. Importante destacar a inexistência de dados específicos e concretos sobre os jovens quilombolas, cuja escolarização recebe pouca atenção dos órgãos e das políticas públicas.

Os resultados da PNAD contínua de 2023, publicados em março de 2024, apresentam outro dado preocupante: a taxa de analfabetismo entre jovens negros (pretos ou pardos) com mais de 15 anos foi de 7,1%. Enquanto isso, entre os jovens brancos na mesma faixa etária, o índice é de 3,2%. Uma diferença significativa que evidencia as discrepâncias no que tange aos processos de escolarização dos grupos citados. Essa situação se agrava quando o recorte etário abarca pessoas com 60 anos ou mais. Entre os idosos pretos ou pardos, o índice de analfabetismo foi de 22,7% em 2023, enquanto o índice entre idosos brancos foi de 8,6%. Esses dados explicitam os impactos das desigualdades sociais. Pessoas pardas e pretas padecem, todavia, com a negação de seus direitos e com os efeitos dessa situação.

Ainda segundo a PNAD Contínua (2024), no ano de 2023 o Brasil possui 9 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos que não concluíram o Ensino Médio nem frequentam a escola. Desse total, 71,6% (6,4 milhões) são negros (pretos ou pardos) e 27,4% (2,5 milhões) são brancos. Ademais, outro grave problema é a distorção idade/série. Na faixa etária de 18 a 24 anos, 10,1% dos jovens pretos ou pardos se encontram em situação de distorção entre a idade que possuem e a série/etapa adequada; entre os jovens brancos o índice é de 7,1%.

Outro dado importante sobre o ano de 2023 e revelado pela PNAD Contínua (2024) é o de que, na faixa etária de 18 a 24 anos, 29,5% dos jovens brancos estavam cursando o ensino superior, enquanto entre os jovens pretos e pardos a taxa foi de apenas 16,4%. De modo geral, 36,5% dos jovens brancos nessa faixa etária estavam estudando (educação básica ou superior), enquanto entre os jovens pretos e pardos esse índice foi de apenas 26,5%.

Os dados evidenciam que, embora rico em diversidade étnico-racial, o Brasil é um país marcado por desigualdades, conflitos e lacunas sociais. Grupos historicamente marginalizados herdaram do passado nefasto do país condições de existência que limitam suas ações, definem seus espaços de presença e determinam os rumos de suas trajetórias. Segundo Almeida (2019), a sociedade brasileira é fortemente marcada pelo racismo, que se materializa não somente em falas ou ações discriminatórias, mas sim por meio da institucionalização dessa discriminação, de modo que, não apenas algumas pessoas são racistas, mas a sociedade é racista por ter suas estruturas marcadas por ideais segregatórios.

O termo racismo estrutural - cunhado por Almeida (2019) - demarca o grau de enraizamento do racismo na sociedade brasileira, ultrapassando o nível da discriminação e culminando em um estado de segregação racial que encontra nas estruturas sociais do país as condições para a sua persistência. Para o autor, o racismo “[...] não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (Almeida, 2019 p. 26). Assim sendo, as estruturas que, em tese, servem à sociedade, na verdade, acabam por dividi-la, atribuindo vantagens e desvantagens a grupos sociais, a depender dos marcadores que trazem consigo. Tal circunstância substancia o entendimento de que brancos e negros experienciam processos de existência dissonantes, pois as condições para fazê-los são igualmente diferentes.

Dados, como os publicados pela PNAD Contínua de (2024) sobre a situação de ocupação e condições de estudo das pessoas de 15 a 29 anos de idade a nível nacional no ano de 2023, evidenciam a significativa discrepância entre os índices de escolarização de jovens negros e brancos. Segundo esses dados, de 100 pessoas pretas ou pardas, apenas 13,2% estão ocupadas (trabalham) e frequentando escola, cursos pré-vestibulares, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional, enquanto a média entre as pessoas brancas é de 18,4%, ou seja, 5,2% a mais. Quando se trata das pessoas ocupadas que não frequentam escola, cursos pré-vestibulares, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional, o índice entre as pessoas pretas e pardas é de 39,5% e dos jovens brancos é de 39,3%.

Os dados ainda revelam que 24,9% dos jovens pretos ou pardos não trabalham, mas frequentam escola, cursos pré-vestibulares, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional, enquanto, entre pessoas brancas, esse número cresce para 26,4%. Na categoria dos indivíduos que não são ocupados e não frequentam escola, cursos pré-vestibulares, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional, os sujeitos que se autodeclaram brancos apresentam um índice de 15,8% e os que se autodeclaram pretos ou pardos alcançam 22,4%. Uma diferença de 6,6%. (PNAD Contínua, 2024).

Dessa forma, nota-se que apesar de todos os movimentos criados com vistas para a reparação histórica do povo negro, seu processo de escolarização sempre se mantém em situação de “atraso”, quando comparado com o processo formativo dos sujeitos brancos. O quantitativo de jovens negros que precisam escolher entre estudar e trabalhar - e que, por falta de condições, acabam sendo forçados a “escolher” a segunda alternativa - é consideravelmente

superior ao de jovens brancos. Ao mesmo tempo, os jovens negros são minoria entre os “ocupados”, algo que reforça as desigualdades existentes.

Ademais, somam-se ao processo formativo dos estudantes os elementos particulares às suas condições de existência: faixa etária, gênero, sexualidade, gostos, origem, pertencimento e pertença étnico-racial, cultura etc. Fatores que constroem, impactam e guiam a forma como esses sujeitos interagem com o mundo à sua volta. No caso do grupo estudado, esses marcadores desempenham um papel ainda mais significativo, uma vez que tais sujeitos estão em vias de construção de suas identidades, atribuindo significados e implicações às situações e fenômenos que experienciam. Nesse sentido, são importantes as considerações de Dayrell (2007, p. 1107), que postula que essas condições, elementos e/ou particularidades definem a “condição juvenil”, isto é, a forma como o indivíduo vivencia a juventude e os significados que atribuem a essa etapa de sua formação humana.

### **O Ensino Médio enquanto espaço de disputas e restrições: uma análise da negação de direitos e da exclusão de jovens negros e/ou quilombolas**

É importante pensar o processo de escolarização dos jovens a partir de seus contextos de vivência, dos marcadores sociais que trazem consigo e, principalmente, das condições nas quais se dá esse percurso formativo. Um jovem periférico vivencia a escolarização de forma diferente de um jovem oriundo de um bairro “nobre”. De igual modo, jovens negros e/ou quilombolas, campesinos ou pertencentes a outros grupos minoritários possuem características em suas vivências escolares que se diferenciam das de outrem. Assim sendo, a escola, em tese, deveria considerar essas singularidades, promovendo um processo de ensino/aprendizagem amparado em abordagens que contemplem as idiosincrasias desses sujeitos.

Todavia, o observável é destoante do ideal. Mesmo com avanços no campo das políticas públicas e da legislação educacional, os quais buscam tornar o processo de escolarização mais coerente com as especificidades dos diferentes grupos e sujeitos, o que se tem ainda é um processo homogeneizante, que compacta diferentes realidades em abordagens incapazes de compreender a diversidade de vivências e percursos do público atendido.

Silva (2005) aponta que, historicamente, grupos marginalizados foram excluídos do currículo escolar, tendo suas histórias invisibilizadas ou folclorizadas. A abordagem, sobretudo, da história dos povos africanos, afro-brasileiros e nativos das Américas, é, quase sempre, feita em uma perspectiva de diminuição da sua riqueza epistêmica e cultural, gerando ou potencializando estereótipos e preconceitos. Tal circunstância reverbera diretamente na forma como os estudantes - sobretudo, os pertencentes aos grupos citados - vivenciam o seu processo

de escolarização, ocasionando traumas e desprazeres e contribuindo para o fracasso escolar desses sujeitos.

Munanga (2012) argumenta que essas intempéries no processo de escolarização de jovens negros e/ou quilombolas resulta em uma construção identitária falha, uma vez que, sem terem suas realidades, ancestralidades e idiossincrasias contempladas no currículo escolar, acabam por refletir em si mesmos os estereótipos historicamente reproduzidos e perpetuados. Para o autor, “a identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: sou negro” (Munanga, 2012, p. 38), o que demanda identificação, representatividade e construção identitária, elementos ainda pouco trabalhados no currículo escolar.

Com vistas ao rompimento desses estigmas e à inclusão de temáticas referentes à identidade no currículo escolar, políticas públicas e legislações têm sido implementadas nos últimos anos. É o caso, por exemplo, da Lei 10.639 de 2003, que altera a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN Nº 9.394/96) e acrescenta o artigo 26-A, instituindo que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003) e da Resolução CNE/CEB nº 8 de 20 de novembro de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012). Essas ações representam um grande avanço ao buscar inserir no cotidiano escolar discussões pertinentes aos sujeitos atendidos pelas instituições de ensino, trazendo novas abordagens e perspectivas;

Embora extremamente importantes, tais ações ainda esbarram nos obstáculos comuns ao processo de escolarização (falta de estrutura e de recursos, pouca - ou nenhuma - formação dos docentes para a abordagem das temáticas etc.), fatores que limitam ou empecem a efetivação dessas iniciativas.

Ademais, considerando o recorte etário e étnico-racial da pesquisa realizada (jovens negros e/ou quilombolas) e a etapa do processo de escolarização enfocada (Ensino Médio), é importante problematizar as características explícitas e implícitas dessa realidade, tais como as ideologias presentes e enfatizadas na concretização do processo de ensino/aprendizagem. Nessa perspectiva, Moreira (2021) argumenta que, historicamente, o Ensino Médio foi - e ainda é - marcado por disputas. Para a autora, a finalidade dessa etapa do processo formativo, desde o início, foi preparar os filhos da elite para o ingresso no Ensino Superior, o que leva à sua efetivação em um viés que desconsidera e/ou invisibiliza questões atinentes à realidade dos sujeitos pertencentes a grupos “minoritários”.

Tal circunstância culmina em um processo de escolarização dissonante do ideal. A escola, ao invés de ser um espaço de socialização e construção identitária, se transforma em um ambiente traumático, por não compreender as singularidades do seu alunado (ou por ignorá-las propositalmente). Assim, cotidianamente, é reforçada a exclusão de certos sujeitos que não se veem representados nos currículos, nas abordagens e nos espaços escolares, fator determinante para o fracasso escolar - aqui entendido como as mazelas inerentes a processos formativos traumáticos, como a evasão, a reprovação e a distorção idade/série.

A Nota Técnica: Desigualdades Étnico-Raciais nas Matrículas e na Conclusão do Ensino Médio, do Movimento Todos pela Educação, explicita as discrepâncias entre os índices de escolarização de jovens brancos e de jovens negros. Segundo o documento, embasado nos dados da PNAD Contínua (2024) referentes ao período entre 2012 e 2022, existe uma dissonância considerável entre o quantitativo de jovens entre 15 e 17 anos matriculados ou que já concluíram o Ensino Médio. Em 2012, o índice entre os jovens brancos nessa faixa etária era de 73%; entre os jovens pardos, era de 57,4%; e, entre os jovens pretos, era de apenas 52,8%. Já em 2022, o índice entre os jovens brancos foi de 82,1%, enquanto entre os jovens pardos foi de 73,5% e, entre os jovens pretos, foi de 72,3%.

Embora tenha ocorrido um avanço significativo nos índices de 2022 em relação aos de 2012, ainda é grande a diferença entre os resultados apresentados pelos grupos pesquisados, persistindo a “vantagem” dos jovens brancos em relação aos pardos e pretos, fato que inviabiliza a escolarização plena de grande parte da população.

Os dados da PNAD Contínua de 2023 revelam, também, a diferença entre os índices de conclusão do Ensino Médio quando analisados por grupos étnico-raciais. Entre as pessoas pretas ou pardas com 25 anos ou mais, o índice de conclusão do Ensino Médio foi de 48,3% em 2023. No mesmo período, o índice entre pessoas brancas nessa faixa etária foi de 61,8%. A pesquisa evidenciou uma diferença de 13,5% entre os dois grupos.

O documento também evidencia diferenças quanto ao índice de frequência escolar entre jovens negros e brancos. No recorte etário de 15-17 anos, o índice de frequência escolar de jovens pretos ou pardos foi de 71,5%, enquanto, entre brancos, foi de 80,5%. Uma diferença de 9%. Esses indicadores tornam ainda mais evidentes as discrepâncias entre os processos formativos de jovens negros e brancos. No Ensino Médio, as desigualdades se intensificam e, sem políticas públicas eficientes de transformação dessa realidade, os jovens negros têm seus processos de escolarização marcados por traumas.

## **Análise dos dados da pesquisa: autoidentificação de cor/raça/etnia, distorção idade/série e origem dos estudantes do ensino médio em escolas do interior baiano**

Os dados apresentados neste artigo são referentes a três colégios estaduais localizados no interior baiano - um em Riacho de Santana e dois em Muquém do São Francisco - que se dedicam à Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Médio, sendo a última etapa o foco deste estudo. A ênfase é dada aos índices de distorção idade/série e auto-identificação de cor/raça/etnia, calculados a partir das informações presentes nos relatórios de matrícula disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Educação (SIGEduc) do Estado da Bahia. Serão discutidos a seguir os dados referentes a 2023 dos municípios supracitados.

É possível destacar, inicialmente, o grande número de alunos oriundos ou residentes de regiões rurais que frequentam os colégios, localizados em espaços urbanos - um deles situado em um distrito rural urbanizado e considerado uma escola do campo. Tal circunstância suscita discussões e preocupações em torno dos trajetos percorridos por esses sujeitos e os impactos de tal realidade em seu processo formativo. Embora a gênese do projeto de pesquisa esteja amparada no objetivo de compreender os processos de escolarização de jovens negros e/ou quilombolas, é importante atentar para a indissociabilidade de dois importantes marcadores sociais presentes no contexto: cor/raça/etnia e local de origem (campo). Por serem jovens camponeses, seus percursos formativos são acrescidos de outras nuances e de outros complicadores, os quais dificultam ou restringem as condições de êxito escolar.

Nessa perspectiva, é importante, em concomitância à problematização dos dados obtidos, buscar relacioná-los ao contexto sociocultural dos sujeitos estudados, não enfocando somente no marcador cor/raça/etnia. Para além de serem jovens negros e/ou quilombolas, são sujeitos que carregam consigo características resultantes de suas vivências e dos espaços que ocupam ou ocuparam.

Os dados aqui apresentados são referentes ao ano de 2023 e, nessa conjuntura, um importante fator que merece destaque é a baixa taxa de auto-identificação de cor/raça/etnia, mesmo com a obrigatoriedade de informação desse dado nos formulários de matrícula desde 2022. Tal situação evidencia problemas ligados à falta de construção identitária desses sujeitos, resultante tanto da histórica herança racista do país quanto da ineficiência das atuais políticas públicas referentes à temática.

Como dito anteriormente, no caso de Muquém de São Francisco, foram analisados os dados de duas escolas. A primeira está localizada na sede do município e possui dois anexos situados em comunidades quilombolas. Nessa instituição, no ano de 2023, 195 alunos estavam

matriculados em turmas do Ensino Médio, sendo 128 na sede, 40 no anexo “A” e 27 no anexo “B”. O segundo colégio pesquisado no município apresenta algumas particularidades. É considerado uma escola do campo e está localizado em um distrito rural urbanizado, constituído às margens de uma rodovia federal.

Na sede da escola urbana de Muquém, dos 128 alunos matriculados no Ensino Médio, 60 estudantes (46,87%) são autodeclarados pardos. 2 alunos (1,56%) se declararam pretos. 1 aluno (0,78%) se declarou branco. 29 alunos (22,65%) não declararam cor/raça/etnia. Não foram encontrados os dados referentes a 36 alunos (28,12%) e não há alunos autodeclarados amarelos, pardos quilombolas ou pretos quilombolas.

No anexo “A” da escola urbana de Muquém, os dados coletados indicam um grande índice de pessoas que não declararam seu pertencimento de cor/raça/etnia, de modo que 15 dos 40 alunos matriculados (37,5%) não realizaram o procedimento de autoidentificação. 19 estudantes (47,5%) são autodeclarados pardos. Apenas 1 aluno (2,5%) se declarou preto. Não foram encontradas as informações referentes a 5 alunos (12,5%) e não há alunos autodeclarados brancos, amarelos, pardos quilombolas ou pretos quilombolas.

No caso do anexo “B”, entre os 27 alunos matriculados, 15 (55,55%) são autodeclarados pardos e 9 alunos (33,33%) não declararam cor/raça/etnia. Não foram encontradas as informações referentes a 3 alunos (11,11%) e não há alunos que se declaram brancos, amarelos, pretos, pardos quilombolas ou pretos quilombolas.

Na escola do campo de Muquém, entre os 138 alunos matriculados no Ensino Médio em 2023, 79 (57,24%) são autodeclarados pardos. 7 alunos (5,07%) são autodeclarados pretos e 4 alunos (2,89%) se declararam brancos. Nesse colégio, repete-se a situação do percentual expressivo de pessoas que não declararam cor/raça/etnia, alcançando um total de 24 alunos (17,39%). Não foram encontradas as informações referentes a 24 alunos (17,39%) e não há, entre os alunos matriculados, pessoas que se autodeclararam amarelas, pardas quilombolas ou pretas quilombolas.

No caso da escola localizada no município de Riacho de Santana, a pesquisa foi realizada considerando as turmas de 1º e 2º anos do Ensino Médio, devido à inexistência de dados relevantes sobre o 3º ano. Os dados obtidos revelam que em 2023, o número total de alunos nessas turmas era de 615. Desses estudantes, 279 se autodeclararam pardos cerca de (45,3%). 142 alunos (23%) se autodeclararam brancos e 50 estudantes (8,1%) se autodeclararam pretos. 34 estudantes (10,3%) não realizaram a autodeclaração de cor/raça/etnia

e 110 jovens (33,4%) não foram encontrados na base de dados. Não há nos relatórios de matrícula analisados alunos autodeclarados pardos quilombolas nem pretos quilombolas.

A pesquisa realizada apontou que há um grande impasse no tocante à autodeclaração de cor/raça/etnia. Mesmo com a obrigatoriedade de indicação dessa informação nas fichas de matrícula, ainda é grande o índice de pessoas que não o fazem. Essa problemática pode estar diretamente relacionada às vivências desses sujeitos, pela falta de identificação das próprias características e histórias, um problema que, lastimavelmente, é potencializado pelo currículo escolar, o que omite ou estereotipa a história e a cultura dos povos dominados, como aponta Silva (2005). Além disso, apesar do percentual considerável de pessoas autodeclaradas negras, sobretudo, pardas, a autodeclaração de pertencimento às categorias pardo quilombola e preto quilombola é nula, mesmo nos anexos localizados em comunidades quilombolas.

Sobre a origem dos estudantes pesquisados, os dados revelam uma predominância de sujeitos camponeses, mesmo nas escolas localizadas nas áreas urbanas. Entre os 128 alunos matriculados no Ensino Médio em turmas da sede da escola urbana de Muquém, 38 (29,68%) são oriundos/residentes do meio urbano. 67 (52,34%) são jovens camponeses, que precisam se locomover até a sede do município para conseguirem estudar. 23 alunos (17,96%) não informaram sua origem ou endereço.

Dos 40 alunos matriculados no anexo localizado na comunidade quilombola “A”, 23 alunos (57,5%) são residentes da própria comunidade. 11 alunos (27,5%) são oriundos de outras comunidades rurais. 1 aluno (2,5%) não informou o endereço no ato da matrícula e não foram encontradas as informações referentes a 5 alunos (12,5%).

No anexo “B”, dos 27 alunos matriculados, 4 (14,81%) são moradores da própria comunidade. 7 alunos (25,92%) são oriundos de outras comunidades rurais. 14 alunos (51,85%) não informaram o endereço no ato da matrícula. Não foram encontradas as informações referentes a 2 alunos (7,40%).

Na escola do campo de Muquém, dos 138 alunos matriculados no Ensino Médio, 50 (36,23%) são da área urbana. 60 alunos (43,47%) são oriundos de comunidades camponesas. 1 estudante (0,72%) não informou o endereço e não foram encontradas as informações referentes a 27 alunos (19,56%).

No colégio de Riacho de Santana, no que tange à origem ou à residência dos estudantes, percebe-se que apesar de ser uma instituição urbana, a mesma recebe alunos de diversas localidades do município. A maioria desses sujeitos é oriunda de comunidades camponesas, já que, dos 615 alunos matriculados nas turmas pesquisadas, 190 ou (30,8%) residem no meio

urbano e 304 (49,4%) são residentes de comunidades rurais. 121 alunos (19,6%) não apresentaram essa informação no ato da matrícula.

Em relação às taxas de distorção idade/série, os dados da pesquisa evidenciam uma relação entre esse índice e o pertencimento étnico-racial dos estudantes. O fenômeno da distorção idade/série é mais acentuado entre os jovens pretos e pardos e entre aqueles que não declararam cor/raça/etnia. Importante salientar que para a estipulação dos índices de distorção idade-série, foram consideradas as idades apresentadas como as ideais para o Ensino Médio definidas no Estatuto da Juventude (15-17 anos, sendo: 15 anos para a 1ª Série; 16 anos para a 2ª Série; e 17 anos para a 3ª Série). Ou seja, foram considerados em situação de distorção idade-série os alunos que estão matriculados nessa etapa e têm idade superior à defendida para a série que cursa.

No caso da sede da escola urbana de Muquém de São Francisco, a distorção idade série afeta 71,66% dos jovens pardos (43 alunos, entre os 60 que se autodeclararam pertencentes a esse grupo étnico). Entre os jovens pretos, esse índice é de 100% (vale destacar novamente o baixo número de alunos autodeclarados pretos: apenas 2, na sede da escola). Já o único aluno autodeclarado branco está na idade regular para a etapa que cursa. Além disso, há um grande número de alunos que não realizaram a autodeclaração de cor/raça/etnia (29 alunos, dos quais, 23 (79,31%) estão em situação de distorção idade/série). Nessa instituição, não há alunos autodeclarados pardos quilombolas nem pretos quilombolas.

No anexo “A” da escola urbana de Muquém, a distorção idade/série afeta 94,73% dos alunos autodeclarados pardos (18 de um total de 19 alunos assim autodeclarados). O único aluno autodeclarado preto está em situação de distorção idade/série. Entre os 15 alunos que não declararam seu pertencimento étnico-racial, a distorção idade/série afeta 14 estudantes, ou seja, 93,33% desses sujeitos. Não há alunos autodeclarados brancos nesse anexo, nem tampouco estudantes autodeclarados amarelos, pardos quilombolas e pretos quilombolas.

No Anexo “B” da mesma escola, a distorção idade/série entre os alunos autodeclarados pardos alcança os 73,33%, um total de 11 entre os 15 alunos pertencentes a esse grupo étnico-racial. Entre os alunos que não declararam cor/raça/etnia, 5 (55,55% de um total de 9 estudantes) estão em situação de distorção idade/série. Neste anexo, não há alunos autodeclarados pretos, brancos, pardos quilombolas nem pretos quilombolas.

Na escola do campo de Muquém, a distorção idade/série é igualmente preocupante. No grupo de alunos autodeclarados pardos, 49 estudantes (69,02% de um total de 79 pessoas) se encontram em séries inadequadas para a sua idade. Entre os alunos autodeclarados pretos, a

distorção idade/série afeta 4 dos 7 estudantes, um total de 57,14% desse grupo. A escola possui quatro alunos autodeclarados brancos, dos quais, 3 (75%) estão em situação de distorção idade série. Entre os alunos que não declararam cor/raça/etnia, a distorção idade/série atinge 45%, afetando 11 dos 24 alunos dessa categoria. Como mencionado anteriormente, não há, nessa escola, alunos autodeclarados amarelos, pardos quilombolas ou pretos quilombolas.

Na escola localizada em Riacho de Santana, ao todo, 615 alunos estavam matriculados nas turmas analisadas. Entre os 279 alunos autodeclarados pardos, 205 (73,4%) estão em situação de distorção idade/série. No caso dos alunos autodeclarados pretos, 33 (66%), de um total de 50 estudantes, estão em situação de distorção idade/série. Entre os 142 estudantes autodeclarados brancos, a distorção idade/série afeta 103 pessoas (72,5%). Entre os 34 estudantes que não realizaram a autodeclaração de cor/raça/etnia, a distorção de idade/série atinge 32 alunos (94,1%). Não foram encontrados os dados referentes a 110 alunos e não há, entre os matriculados, alunos autodeclarados amarelos, pardos quilombolas nem pretos quilombolas. Apesar da distorção idade-série ser um fenômeno maior entre os estudantes pretos e pardos, na verdade afeta a totalidade dos estudantes e requer uma atenção especial por parte dos gestores estaduais e escolares e corpo docente.

Os dados apresentados evidenciam um cenário preocupante. Além dos altos índices de distorção idade/série, algo que suscita curiosidade e preocupação é o quantitativo de estudantes que não realizaram a autodeclaração de pertencimento étnico-racial. Tal situação ampara o levantamento de algumas hipóteses, como, por exemplo, a ligação entre tal dado e a falta de identidade e sentimento de pertença dos sujeitos estudados. Como apontado por Munanga (2012), o reconhecimento da própria identidade negra perpassa por um processo de construção, o qual esbarra na forma como a negritude é vista no Brasil. O racismo e a discriminação, lastimavelmente, também influenciam nesse processo.

Cabe, também, na esteira dessa discussão, problematizar os efeitos das (poucas) políticas públicas voltadas à valorização de aspectos étnicos e culturais no currículo e no cotidiano escolar. Como apontado por Silva (2005), embora profundamente racializado, o currículo é excludente e marginaliza os povos que não pertencem ao grupo dominante. De tal modo, os jovens negros e/ou quilombolas (e, nesse caso, predominantemente, camponeses) não se veem representados nas dinâmicas, tempos, conteúdos e espaços escolares, tendo suas especificidades desconsideradas e sendo submetidos a um processo formativo homogeneizante, embora componham um grupo essencialmente heterogêneo.

Nessa conjuntura, é mister pensar o processo de escolarização de jovens negros e/ou quilombolas considerando o todo, partindo desde a análise das suas características comportamentais (condição juvenil, como propõe Dayrel, (2007)), dos marcadores sociais que carregam e dos tempos e espaços que vivenciam, sobretudo, mas não exclusivamente, o ambiente escolar. Trata-se, portanto, de uma realidade complexa e dotada de nuances e problemáticas, que requer uma abordagem crítica e o entendimento de suas implicações.

### Considerações Finais

A pesquisa possibilitou a análise dos processos de escolarização de jovens negros e/ou quilombolas no Ensino Médio a partir de um olhar *macro*, crítico, reflexivo e preocupado com a compreensão dos fatores que influenciam direta ou indiretamente no percurso formativo desses sujeitos. A partir da problematização de questões internas e externas ao ambiente escolar, foi possível traçar um paralelo entre questões sociais, como os marcadores que esses sujeitos trazem consigo (cor/raça/etnia e origem), e as experiências vivenciadas em ambientes escolares onde ainda imperam ideais de segregação social e os percursos formativos dos jovens são, muitas vezes, marcados por traumas e “fracassos”.

Tal conjuntura evidencia a urgência de discutir políticas públicas que contemplem o grupo estudado, sob a ótica de valorização de suas histórias e vivências, de oportunização de melhores estruturas e condições de acesso e de permanência à/na escola e de combate aos preconceitos historicamente construídos e repetidos no ambiente escolar. Exemplos como a Lei 10.639/2003, representam importantes avanços, mas ainda esbarram em uma realidade que dificulta e muitas vezes impede sua concretização. De tal modo, entendemos que o enfrentamento às problemáticas apresentadas perpassa, sobretudo, pelo âmbito da conscientização, tanto a nível institucional, com a formação dos professores e demais profissionais que atuam no ambiente escolar e com projetos de fortalecimento das identidades individuais e coletivas, quanto a nível social, com campanhas que abarquem todas as esferas, espaços e sujeitos.

### Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BRASIL. LDB - **Lei no 9394/96, de 20 de dezembro de 1996** institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, DF. 1996.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica e dá outras providências. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 424-495.

BRASIL. **Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. p.121. Plageder, 2009.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2023**.

MOREIRA, Edna Souza. **Entre querer e poder**: o lugar da escola nos projetos de vida de jovens do campo em um contexto de modernização agrícola. Tese de doutorado. Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38151>. Acesso em 24 mar. 2024.

Movimento Todos Pela Educação. **Nota Técnica**: Desigualdades Étnico-Raciais nas Matrículas e na Conclusão do Ensino Médio. Movimento Todos Pela Educação. Maio/2023. Disponível em: <https://11nq.com/Asscc>. Acesso em 26 mar. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e sentidos. 3. ed., 1ª Reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 2. ed., 9ª Reimp., 156p. - Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Autor 1:



Iure Dourado Coelho

Graduando em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia, Trabalho e Educação Ambiental (GEPECATEA). Bolsista do IC Proaf - Afirmativa (Edital 073/2022). Email: [iuredcoelho@gmail.com](mailto:iuredcoelho@gmail.com)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9254779719710013>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6238-0382>

Autor 2:



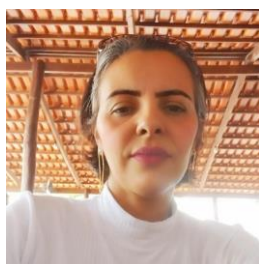
Patrícia Ramos Nogueira  
Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia, Trabalho e Educação Ambiental (GEPECATEA). Bolsista do IC Proaf - Afirmativa (Edital 073/2022).  
Email: [www.patriciaRamos123@gmail.com](mailto:www.patriciaRamos123@gmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0245536352266371>  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9689-2257>

Autor 3:



Iany da Silva Pereira  
Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, Agroecologia, Trabalho e Educação Ambiental (GEPECATEA). Bolsista do IC Proaf - Afirmativa (Edital 073/2022).  
Email: [iany\\_psilva@hotmail.com](mailto:iany_psilva@hotmail.com)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6622629954958656>  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8202-2798>

Autor 3:



Edna Sousa Moreira  
Doutora em Educação, Conhecimento e Inclusão Social. Professora do curso de Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - DCHT, *Campus XVII*, da UNEB.  
Email: [esmoreira@uneb.br](mailto:esmoreira@uneb.br)  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4589518670460111>  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1559-0392>

1468